



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Sagrada Família / RS
Endereço: RUA 20 DE MARÇO
Bairro: CENTRO
Telefone: (055) 3616-9200
Fax: (055) 3616-9201

CNPJ: 92.410.422/0001-53
Complemento: N° 99
CEP: 98330-000
E-mail: d-pessoal@uol.com.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome: ALCIDES CE DA SILVA
Cargo: Prefeito
E-mail: pmsagrada@uol.com.br

CPF: 474.149.440-34
Complemento do Cargo:
Data Início de Gestão: 01/01/2013

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA PENSOES E BENEFICIOS DOS SERVIDORES
Endereço: RUA 20 DE MARÇO
Bairro: CENTRO
Telefone: (055) 3616-9202
Fax: (055) 3616-9201

CNPJ: 10.637.865/0001-17
Complemento: N° 99
CEP: 98330-000
E-mail: d-pessoal@uol.com.br

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome: Vilmar Antonio de Quadros
Cargo: Presidente
Telefone: (055) 3616-9202
Fax: (055) 3616-9201

Complemento do Cargo:
CPF: 347.462.180-72
E-mail: d-pessoal@uol.com.br
Data Início de Gestão: 13/02/2014

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome: ELISETE FATIMA DE ALMEIDA VIEIRA QUEQUI
Cargo: Gestor
Telefone: (055) 3616-9202
Fax: (055) 3616-9201
Entidade Certificadora: ANBIMA

Complemento do Cargo:
CPF: 003.803.590-14
E-mail: rhpmsagrada@bol.com.br
Data Início de Gestão: 12/08/2014
Validade Certificação: 13/03/2017

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome: Vilmar Antonio de Quadros
Telefone: (055) 3616-9202
Fax: (055) 3616-9201
Data de envio: 15/12/2015

CPF: 347.462.180-72
E-mail: d-pessoal@uol.com.br

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2016

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: ELISETE FATIMA DE ALMEIDA VIEIRA QUEQUI

CPF: 003.803.590-14

Data da Elaboração: 26/11/2015

Data da ata de aprovação: 11/12/2015

Órgão superior competente: CONSELHO DE PREVIDÊNCIA

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico (X) Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	5,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	80,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	50,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	4,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	0,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, b	5,00	5,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	3,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	3,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	0,00
Total		185,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

O cenário atual se caracteriza com constantes oscilações nos principais indicadores econômicos, isso se deve a continuidade das denúncias de corrupção envolvendo o Governo e o Congresso Nacional durante todo o ano de 2015, agravaram o cenário de crise político-institucional do país, que chegou ao ápice com a abertura do pedido de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff pelo presidente da Câmara dos deputados Eduardo Cunha, assim refletindo diretamente nas expectativas dos agentes econômicos.

Assim, tanto os segmentos de renda fixa como o de renda variável, tiveram significativas volatilidades no decorrer do período, com o mercado dando sinais de preferência por ativos de menor duração, em meio as incertezas macroeconômicas vigentes.

Em setembro a Standard & Poors, uma das três maiores agências internacionais de rating, rebaixou a nota de crédito do Brasil de BBB- para "BB+" que passou de grau de investimento para o grau especulativo, o rebaixamento se deve a deterioração no quadro fiscal e as incertezas políticas, todavia, para o país se tornar não confiável aos investidores externos, seu rating também precisa ser cortado pois mais uma das agências classificadora de risco (Fitch ou Moodys).

Confirmando as expectativas do mercado o Comitê de Política Monetária (COPOM), em sua última reunião realizada em Novembro, decidiu manter pela terceira vez a Meta da Taxa Selic em 14,25% ao ano, maior patamar desde julho de 2006, quando a taxa fixada foi de 14,75%. Entretanto na ata última da reunião o Copom deixa claro que pretende evitar que a alta de preços ultrapasse o teto de 6,5% em 2016 sinalizando que a taxa de juros tende a subir em 2016 com isso já se observa uma elevação nas projeções dos analistas conforme o último Boletim Focus.

O PIB brasileiro apresentou uma retração de 1,7% no terceiro trimestre de 2015. Foi a terceira queda consecutiva no PIB após, a queda de 2,1% no segundo trimestre de 2015, assim se confirmando o quadro de recessão. Portanto em um ambiente caracterizado por incertezas os analistas projetam uma queda de 3,5% no PIB para 2015 e de 2,31% em 2016.

A inflação se mostra pressionada pelo reajuste nos preços administrados, em especial os preços da energia elétrica e dos combustíveis. Ao longo das últimas semanas as Pesquisas Focus têm indicados taxa de inflação próximas ao teto da meta para o biênio 2015/2016. Enquanto para 2015 as estimativas são de um IPCA fechando em torno de 10%, para 2016 a previsão é de uma taxa de 6,64% havendo um movimento de convergência ao centro da meta apenas no segundo semestre de 2017.

No que se refere aos preços administrados, a expectativa é que o ano de 2015 encerre com uma alta de 17,65%, recuando para aproximadamente 7% em 2016. Destacam-se nesse grupo os preços da energia elétrica e dos combustíveis, cujas recuperações ocorridas ao longo de 2015 impactaram o nível de preços de todos os demais setores da economia brasileira.

No que se refere à crise fiscal, as medidas anunciadas pela equipe econômica sinalizam ajustes tanto pelo lado das despesas como os das receitas também. Além do corte no orçamento de R\$ 80 bilhões anunciado ainda no mês de maio, o novo pacote fiscal lançado em setembro prevê uma redução adicional de despesas da ordem de R\$ 26 bilhões, acompanhado de uma alta de tributos, cuja estimativa é incrementar a arrecadação em aproximadamente R\$ 40 bilhões até o final de 2016. Que foi finalmente aprovado pelo congresso nacional que autoriza o governo a encerrar o ano com um déficit de R\$52 bilhões.

Conforme os dados das contas nacionais publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o nível de investimentos pode ser considerado o principal problema para o crescimento da economia. A deterioração das expectativas representa maior risco de mercado para os investidores como o FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA PENSOES E BENEFICIOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SAGRADA FAMÍLIA de modo que a falta de foco das autoridades monetárias e o descasamento entre política econômica e a situação real de mercado criam um contexto de muitas incertezas.

Na Economia Internacional, após ter encerrado o programa de incentivos monetários, ainda em 2014, o próximo passo do FED consiste em normalizar as taxas de juros vigentes, as quais encontram-se próximas de zero desde 2008. De acordo com o as últimas atas do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC), torna-se cada vez mais iminente a alta dos juros ainda no decurso de 2015, mais especificamente na próxima reunião agendada para os dias 15 e 16 de dezembro.

Já na Zona do Euro as estimativas para o restante do ano indicam uma leve expansão da atividade econômica frente ao ano anterior, sendo projetado um crescimento de 1,5% e uma taxa de inflação não superior a 0,2%.

Assim, com este cenário exposto, espera-se uma manutenção de um cenário de volatilidade para 2016, parecido com o verificado em 2015, assim se recomenda cautela com diversificação e respectiva proteção dos recursos em investimentos de curto prazo, aliado a uma precaução em termos de renda variável.

Portanto, para o próximo exercício, é importante obter uma maior rentabilidade possível, dentro do atual cenário macroeconômico, juntamente com uma gestão ativa de sua carteira de investimentos.

Objetivos da gestão

O FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA PENSOES E BENEFICIOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SAGRADA FAMÍLIA precisa buscar, através da aplicação dos seus recursos, uma rentabilidade igual ou superior à sua meta atuarial. Com base no horizonte de longo prazo, considerando as informações do último RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL, e a situação financeira e atuarial observada atualmente, a META ATUARIAL, definida e aprovada juntamente com a Política de Investimentos, será representada pelo benchmark IPCA ACRESCIDO DE 6% a.a. (IPCA + 6% a.a.). O IPCA é o índice de preços relacionado às metas para a inflação. Instituem-se também os objetivos de assegurar que os gestores, servidores, participantes, beneficiários, prestadores de serviços e órgãos reguladores do FAPS tenham o claro entendimento dos objetivos e restrições relativas aos investimentos; e assim garantir transparência e ética no processo de investimento, o qual deve ser feito seguindo diretrizes, normas e critérios.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

Renda Fixa: Fundos de Investimentos com rentabilidade mínima esperada de 100% da TMA. Títulos Públicos Federais: registrados no SELIC, com rentabilidade mínima esperada superior à TMA (MaM), utilizando custódia a ser contratada e observando o casamento do vencimento com o passivo atuarial. Renda Variável: Fundos de Investimentos com rentabilidade mínima esperada superior à TMA.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

Na Política de Investimentos para 2016, não há previsão para contratação de serviço de administração de carteira de renda fixa ou variável.

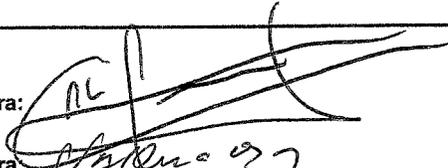
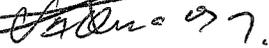
Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

As aplicações serão avaliadas através da elaboração de relatórios mensais, mas acompanhadas diariamente. Mensalmente, elaborar-se-á um relatório de avaliação de desempenho e risco, e medidas cabíveis serão adotadas no caso de constatação de desempenho insatisfatório, resguardando os objetivos e estratégias da gestão e observando a exposição a riscos acentuados conforme os cenários econômicos projetados. Os relatórios de desempenho e risco compreenderão a comparação com os principais índices de mercado, sendo eles: para a renda fixa, os índices IMA e, para a renda variável, o Ibovespa, IBrX e o IBrX-50. A volatilidade da carteira será controlada periodicamente. Para o monitoramento do RISCO DE MERCADO, utilizar-se-á o cálculo do Value at Risk (VAR), que sintetiza a maior perda esperada da carteira em condições normais de mercado. Adicionalmente, os relatórios mensais de desempenho e risco deverão incorporar, por decisão da unidade gestora, modelos alternativos para a simulação de perda financeira mediante variações bruscas de preços dos ativos que compõem a sua carteira em um cenário econômico-financeiro adverso. O RISCO DE CRÉDITO será controlado pela diversificação da carteira, pela observação dos limites de crédito para as emissões privadas, pela classificação de risco das emissões ou dos emissores realizada por agências classificadoras de risco e pelo monitoramento da exposição a este tipo de risco, através do cumprimento diário desta Política de Investimentos. O RISCO DE LIQUIDEZ não é preponderante no curto prazo, porém avaliar-se-á a concentração dos investimentos e a liquidez dos ativos de acordo com as obrigações futuras.

Observações

Utilizamos o parâmetro limite máximo de alocação, que esta de acordo e devidamente aprovada conforme a política de investimento do RPPS.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	474.149.440-34 - ALCIDES CE DA SILVA	Data: 15/12/2015	Assinatura: 
Representante Legal da Unidade Gestora:	347.462.180-72 - Vilmar Antonio de Quadros	Data: 15/12/2015	Assinatura: 
Gestor de Recurso RPPS:	003.803.590-14 - ELISETE FATIMA DE ALMEIDA VIEIRA QUEQUI	Data: 15/12/2015	Assinatura: 
Responsável:	347.462.180-72 - Vilmar Antonio de Quadros	Data: 15/12/2015	Assinatura: 